

Uma história euro-americana

José Calvet de Magalhães*

Num pequeno livro publicado em 1870, João de Andrade Corvo escreveu: "A posição geográfica de Portugal, com as ilhas dos Açores situadas no caminho da América, está mostrando que é ele o Estado da Europa cujas relações mais proveitosas podem ser à República Americana." O notável estadista, nessa frase feliz, assinalou o carácter euro-atlântico de Portugal e, em particular, a posição estratégica dos Açores como ponte atlântica entre a Europa e a América. No decurso dos séculos XIX e XX a importância dos Açores no relacionamento euro-americano manifestou-se claramente em múltiplas ocasiões e circunstâncias.

Logo após a proclamação da Independência, os Estados Unidos procuraram negociar um acordo comercial com Portugal, sugerindo John Adams, em 1783, a criação de um entreposto comercial americano nos Açores. Nas negociações deste acordo levadas a cabo em Londres entre o ministro português Luís Pinto de Sousa Coutinho e os representantes americanos em Londres e Paris, John Adams e Thomas Jefferson, ambos mais tarde presidentes dos Estados Unidos, o representante português declarou ser impossível a concessão por parte de Portugal de um entreposto nos Açores, tendo os negociadores americanos desistido desta pretensão. Apesar desta recusa, o que é facto é que os Açores desempenharam sempre um papel muito importante nas relações comerciais transatlânticas durante os séculos XVIII e XIX, mantendo sempre o governo americano um representante consular em Ponta Delgada.

Os Açores iriam revelar-se de uma particular importância estratégica transatlântica no decorrer do século XX, com a eclosão das duas Grandes Guerras Mundiais e a intervenção militar americana no teatro de guerra europeu. Andrade Corvo, no seu livro já referido de 1870, profetizara a intervenção americana nas questões europeias, escrevendo: "Os Estados Unidos são chamados pelas circunstâncias a

representar um grande papel na política do mundo; principalmente se os sucessos da Europa, como infelizmente tudo parece indicar, levarem esta a um período de lutas desastrosas de nação a nação, de violências contra o direito e contra a independência das pequenas nações, a um período de opressão e despotismo."

Com a entrada dos Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial em Abril de 1917 e a intensificação da campanha submarina alemã no Atlântico Norte, a posição estratégica dos Açores no combate anti-submarino passou a constituir um factor de maior importância. Ainda antes da participação oficial americana na guerra, o ministro americano em Lisboa, em nota de 1 de Janeiro de 1917, sugeria a conveniência de estabelecer uma base naval americana nos Açores para fazer

face à campanha submarina alemã. O governo português hesitou durante algum tempo em aceder a este pedido, mas perante um pedido formal americano, feito em nota de 30 de Outubro, o governo português acabou por aceitar o pedido americano. Franklin D. Roosevelt, ao tempo subsecretário da Marinha, visitou a base naval americana de Ponta Delgada, entre 15 e 18 de Julho de 1918. Terminada a guerra, apesar de

todas as especulações feitas pelos adversários do governo republicano e de certas manobras insensatas de algumas personalidades açorianas, a base naval foi restituída às autoridades portuguesas com muito do seu equipamento.

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial e a participação americana no conflito, o interesse dos Estados Unidos pelos Açores, como uma base aérea na luta contra os submarinos alemães e também como uma ponte de passagem para os diversos teatros de guerra, voltou a renascer. Nas conversas entre o Presidente Roosevelt e o primeiro-ministro Churchill, o Presidente americano manifestou claramente a intenção americana de utilizar a força para o efeito, no caso de haver oposição de Portugal, que havia declarado a sua neutralidade, embora condicionada pelas obrigações da aliança luso-britânica. Em 18 de Junho de 1943 o governo britânico, invocando a aliança, solicitou formalmente ao governo português a cedência de bases no arquipélago dos Açores. Após complicadas negociações foi assinado um acordo luso-britânico, em 18 de Agosto de 1943,



A Cimeira nas Lajes sobre a guerra no Iraque é a última de uma série de encontros entre líderes americanos e europeus.

* Presidente do Conselho Geral do IEET

concedendo às autoridades britânicas facilidades navais e aéreas no arquipélago. Tratava-se de um hábil processo para levar a extensão dessas facilidades às autoridades militares americanas, como aliadas das autoridades britânicas. As negociações com as autoridades americanas, conduzidas principalmente pelo grande diplomata George Kennan, ao tempo encarregado de negócios em Lisboa, levaram à assinatura do acordo de 28 de Novembro de 1944, completado por vários sucessivos acordos, prevendo a construção de uma pista aérea na ilha de Santa Maria e a utilização da base das Lajes, na ilha Terceira. Com a participação de Portugal na NATO, a base das Lajes e a sua utilização pela força aérea americana passou a estar integrada no sistema estratégico da Aliança Atlântica.

Mas não foi apenas no aspecto da navegação comercial e de estratégica militar que os Açores se revelaram um importante elo das ligações transatlânticas. Dada a sua posição ge-

ográfica, o arquipélago tem constituído uma espécie de símbolo da ligação fundamental entre os povos europeus e os povos norte-americanos e por isso mesmo utilizado, no campo político, como local privilegiado para particulares encontros políticos entre líderes europeus e americanos. Foi assim que, em 13 e 14 de Dezembro de 1971, se realizou, na ilha Terceira, o encontro histórico do Presidente americano Nixon com o Presidente francês Pompidou, para resolverem os problemas monetários resultantes da crise do petróleo, em que o chefe do governo português, Marcello Caetano, actuou como anfitrião. Uma cimeira semelhante, entre o presidente americano Bush e os chefes de governo britânico e espanhol, Blair e Aznar, se efectuou em 16 de Março do corrente ano, na base das Lajes, na ilha Terceira, para tomar uma decisão final na questão do Iraque. Nesta cimeira, o chefe do governo português Durão Barroso, esteve presente, como lhe competia. 

AS INSTITUIÇÕES DA UE E A QUESTÃO IRAQUIANA

Se a ausência de consenso entre os Estados membros impossibilitou uma posição comum europeia, não deixa de ser claro, nas declarações dos representantes das instituições, a opção pela via multilateral e pela actuação das Nações Unidas, bem como a necessidade de preservar e aprofundar a União Europeia e a Política Externa e de Segurança Comum. De referir ainda a atenção que a União Europeia presta ao conflito israelo-palestiniano, sublinhando repetidamente a necessidade de retomar o processo de paz do Médio oriente.

Comissão

Discurso do Comissário Chris Patten no Parlamento Europeu – 12 de Março de 2003

Lamentando a triste figura da União Europeia, Chris Patten sublinha a necessidade de desenvolver a PESC, alertando para o perigo de o fazer dando mais margem de manobra aos “grandes”. O Comissário para as Relações Externas alerta igualmente para a necessidade de garantir que três questões não acabem por ser “danos colaterais” da crise: a própria PESC, o alargamento e o conflito israelo-palestiniano.

http://europa.eu.int/comm/external_relations/news/patten/sp03_123.htm

Declaração de Romano Prodi sobre o Iraque – 17 de Março de 2003

O Presidente da Comissão lamenta a falta de consenso sobre a questão iraquiana, quer no Conselho de Segurança das Nações Unidas quer no âmbito da União Europeia, salientando a necessidade de evitar os danos a longo prazo para a ONU e para os esforços de construção da PESC.

http://europa.eu.int/comm/external_relations/iraq/intro/prodi170303.htm

Secretário Geral/Alto Representante para a PESC

Discurso Javier Solana no Parlamento Europeu – 29 de Janeiro de 2003

Afirmado que fala da “velha” Europa”, Javier Solana enfatiza a necessidade do Iraque cooperar com os inspectores da ONU, considerando que só o Conselho de Segurança deve dar legitimidade a qualquer acção militar no Iraque, expressando a sua confiança na resolução 1441 do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

<http://ue.eu.int/pressdata/ES/discours/74338.pdf>

Declaração de Javier Solana – 18 de Março de 2003

O Alto Representante para a PESC lamenta o facto de não se ter conseguido uma solução diplomática para o Iraque. Pediu aos países europeus que se unam em prol da paz, sublinhando que a PESC não deve vir a ser uma baixa provocada pela crise.

<http://ue.eu.int/pressdata/EN/discours/74999.pdf>

Conselho Europeu

Conclusões do Conselho Europeu Extraordinário sobre o Iraque – Bruxelas, 17 de Fevereiro de 2003

O Conselho Europeu realça o objectivo de desarmar o Iraque e destaca o papel central que as Nações Unidas devem desempenhar na resolução da questão iraquiana, salientando igualmente a necessidade de encontrar soluções para o conflito israelo-palestiniano.

<http://ue.eu.int/newsroom/makeFrame.asp?MAX=&BID=76&DID=74561&LANG=1&File=/pressData/pt/ec/74561.pdf&Picture=0>

Declaração do Conselho Europeu – Bruxelas, 20 de Março de 2003

O Conselho Europeu reafirma o empenho europeu na integridade territorial do Iraque, no seu desarmamento efectivo e na protecção dos direitos dos iraquianos. Foi sublinhado o papel relevante que as Nações Unidas devem desempenhar no pós-conflito, bem como o esforço de auxílio humanitário que a UE deve desenvolver. O Conselho Europeu sublinha que manterá o seu empenho no retomar do processo de paz do Médio Oriente, através da implementação imediata do *roadmap* proposto pelo Quarteto.

http://europa.eu.int/comm/external_relations/iraq/intro/council200303.htm